



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7184

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta

**Autoria:** Guilherme Dias Ramos

**Data:** 17/10/2006

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/2006. (RETIRADO). Dispõe sobre a divulgação na internet, através do site oficial da Prefeitura, da relação dos medicamentos disponíveis no estoque da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 27.5

**Posição:** 17

**Número de folhas:** 09

---

Espécie: PL  
Categoria: Pendentes  
Cl: 27.5  
Ordem: 17  
nº fls: 06



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI \_\_\_\_\_/2006

AUTOR:

Ver. Guilherme Dias Ramos ( Guila )

ASSUNTO:

**Dispõe sobre a Divulgação na Internet da Relação de Medicamentos e  
Contém Outras Providências.**

## MOVIMENTO

Entrada em – 17/10/2006

1 - Comissão de Legislação e Justiça e Saúde

2 - *RETIRADO DE TRAMITAÇÃO EM 21/11/2006*

3 -

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



# Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

As Comissões  
17/10/06

## PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2006

**Dispõe sobre a divulgação na Internet da relação de medicamentos e contém outras disposições.**

O Povo do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica a Prefeitura Municipal de Montes Claros obrigada a divulgar no seu "site" oficial na Internet a relação de medicamentos disponíveis nos estoques do almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde do Município.

**Parágrafo único.** Dever-se-á informar os locais na rede municipal de saúde em que os medicamentos estarão disponíveis para a população.

**Art. 2º** - Além do disposto no art. 1º caberá aos Postos de Saúde a função de imprimir a listagem de medicamentos divulgada na Internet e afixá-la em local de destaque no recinto.

**Art. 3º** - A Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros fica responsável pela disponibilização de um serviço que atenderá quaisquer reclamações sobre a falta de medicamentos na rede municipal de saúde.

**§1º** - De posse das informações ou reclamações da falta dos medicamentos, a Secretaria Municipal de Saúde deverá imediatamente comunicar os responsáveis pelo site oficial da Prefeitura que publicarão, num prazo de até 24 horas (vinte e quatro horas), a sua falta com os seguintes dizeres: "Medicamentos de Uso contínuo em falta - veja relação : (...)".



Guila



# *Câmara Municipal de Montes Claros*

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

§2º - A informação sobre a falta dos medicamentos só será retirada do site quando se restabelecer o seu fornecimento.

**Art. 4º** - Caberá à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Montes Claros as seguintes funções:

**I** – disponibilizar um número de telefone para receber, analisar e avaliar as reclamações, consultas e denúncias apresentadas por usuários ou entidades representativas, sobre a falta de medicamentos;

**II** – encaminhar aos órgãos competentes da Prefeitura as denúncias apresentadas pela população sobre a falta de medicamentos de uso contínuo;

**III** – fiscalizar o cumprimento da lei;

**IV** – revisar e atualizar a relação de medicamentos a ser divulgada periodicamente.

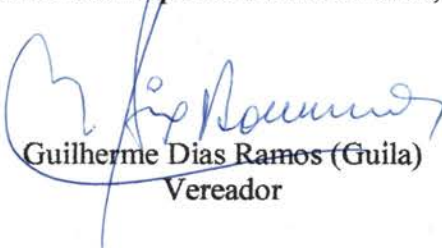
**Art. 5º** - As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 6º** - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei por decreto.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 16 de Outubro de 2006

  
Guilherme Dias Ramos (Guila)  
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 17 DE OUTUBRO DE 2006  
  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE SAÚDE  
EM 17 DE OUTUBRO DE 2006  
  
PRESIDENTE



# *Câmara Municipal de Montes Claros*

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

## **JUSTIFICATIVA**

A presente proposição visa determinar à Prefeitura Municipal de Montes Claros, a publicação no seu "site" oficial na Internet, a relação dos medicamentos existentes e daqueles em falta e o local onde encontrá-los na rede municipal de saúde. Determina também que os postos de saúde imprimam a listagem divulgada na Internet e as afixem em local de destaque em seu recinto.

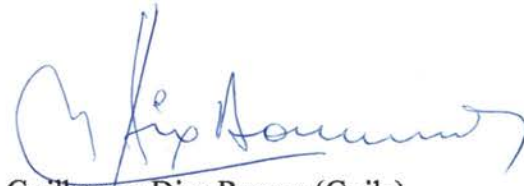
O projeto desenvolvido tem como intuito informar com agilidade e eficiência os medicamentos disponíveis aos cidadãos, pois todos têm direito à informação que o torne apto a se utilizar dos direitos e benefícios que lhes são conferidos por lei.

O projeto proposto possibilitará também que, de posse de tais informações o órgão competente do Município controle possíveis desperdícios.

No mais, a divulgação tem por foco a moralidade dos atos administrativos que devem ser operados pela atual gestão.

Justificado o projeto, salvo melhores considerações, esperamos a apreciação e aprovação por este Plenário e demais Comissões Permanentes.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 25 de Abril de 2006.



Guilherme Dias Ramos (Guila)  
Vereador



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2005 QUE “Dispõe sobre a divulgação na Internet da relação de medicamentos e contém outras providências”, de autoria do Vereador Guilherme Dias Ramos.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Nota-se, no projeto em comento, um vício intrínseco que o torna ilegal.


O projeto em comento tem como escopo a obrigatoriedade, por parte do Poder Executivo Municipal, a divulgação na *Internet* da relação de medicamentos disponíveis em seu estoque no almoxarifado.

Entretanto, referido projeto cria funções para a Secretaria Municipal de Saúde, qual seja, a impressão da relação dos mencionados medicamentos, além das previstas no artigo 4º do citado projeto de Lei, o que contraria o princípio da independência dos poderes, além de contrariar o artigo 51 da LOM.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 18 de outubro de 2006.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605



Ass. Guimarães  
17/10/06

# Câmara Municipal de Montes Claros

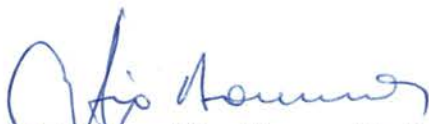
Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

## EMENDA AO PROJETO DE LEI \_\_\_\_ / 2006, QUE DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO NA INTERNET DA RELAÇÃO DE MEDICAMENTOS E CONTÉM OUTRAS DISPOSIÇÕES

**EMENDA ÚNICA** - Altera o Art. 1º do Projeto de Lei que Dispõe sobre a divulgação na Internet da relação de medicamentos e contém outras disposições, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art.1º** - Fica a Prefeitura Municipal de Montes Claros obrigada a divulgar no seu “site” oficial na Internet a relação de medicamentos disponíveis nos estoques do almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde do Município e Farmácia Popular.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 18 de Outubro de 2006.

  
Guilherme Dias Ramos (Guila)  
Vereador

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
19/10/2006	
HORA: 11:15	
ASS: 	

Guila







# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2006 QUE  
“ Dispõe sobre a divulgação na Internet da relação de medicamentos e contém  
outras disposições.”, de autoria do Vereador Guilherme Dias Ramos.**

Emendas enviadas à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Tendo em vista que o referido projeto recebeu parecer de ilegal e inconstitucional, a análise da presente emenda restou prejudicada.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 20 de outubro de 2006.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605